

COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL MINERAL – CPNM

5ª Reunião Ordinária

DATA : 22 de outubro de 2001

LOCAL : Belo Horizonte

Presentes: Dr. Juarez Correia Barros Júnior (Diretor do DSST/MTE), Mário Parreiras de Faria (Coordenador da CPNM, MTE/DSST), Almir Augusto Chaves (Coordenador Normativo/DSST/MTE), Roger Romão Cabral (DNPM), José Carlos do Vale e Giuseppe Vincenzo De Lorenzo (CNTSM/CUT), Marta de Freitas (CNTSM/Força Sindical), Cláudio Scliar (CNTSM/Força Sindical), Hermano Gomes Machado (CNIF/IBRAM), Roberto Dias Lima (CNIF/IBRAM), Fernando Vilar Lignani (CNI)

A reunião foi coordenada pelo Dr. Juarez Correia Barros Júnior que propôs os seguintes pontos de pauta:

1. Seminário Nacional de SST na Mineração em 2002
2. Levantamento de acidentes de trabalho no setor mineral
3. Plano Nacional de Fiscalização
4. Informe sobre a Convenção 176
5. Discussão sobre as diferenças entre o texto consensado e o texto publicado da NR-22 e
6. Apresentação de informes sobre a Subcomissão Nacional do Mármore e Granito

a) Discussão sobre as diferenças entre o texto consensado e o publicado da NR-22:

O Dr. Juarez explicou aos presentes a metodologia de apreciação dos textos de consensados de Normas pela Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho e Emprego, que verifica as inconformidades jurídicas o que, às vezes, não significa que o texto consensado seja publicado na forma bruta mas sempre respeitando-se os conceitos fundamentais que nortearam o espírito de construção da Norma. Justificou assim retirada das interfaces com o DNPM no texto publicado, mas que tal interface seria retomada com a assinatura de Termo de Cooperação entre o DSST e o DNPM, em data próxima. O Coordenador da CPNM apresentou uma comparação entre o texto consensado e o publicado. Após discussões ficou acertado que seria publicadas alterações relativas à introdução do termo "estudos hidro-geológicos previstos na legislação mineral" nos itens relativos à "Proteção contra inundações" e à "Estabilidade de maciços", além de trocar a expressão "cabo-de-fogo" pela expressão "por profissional legalmente habilitado" no item 22.21.3.1 da NR-22., relativo à elaboração de plano de fogo

Quanto às normas da ABNT e a citação dos limites de exposição ocupacional da ACGIH o Dr. Juarez se prontificou a discutir o assunto com a consultoria jurídica, apresentando como alternativa a disponibilização das Normas da

ABNT nas unidades do MTE . Quanto à ACGIH apresentou como alternativa a indicação de seu uso em Manual da NR-22 ou através de Nota Técnica ou mesmo citando a NR-9 no item relativo ao Programa de Gerenciamento de Riscos da NR-22.

Quanto aos itens 22.37.5 e 22.37.6 que foram consensados e não publicados o Dr. Roberto Lima se encarregou de apresentar estudo sobre a pertinência de sua manutenção da NR-22 à vista de dispositivos constitucionais e de acordos coletivos já realizados.

b) Informes sobre a Subcomissão de Mármore e Granito - O coordenador da CPNM informou sobre 1ª. Reunião da Comissão de Mármore e Granito realizada no dia 19 de outubro passado em Vitória, quando já surgiram propostas de elaboração conjunta de um procedimento para manuseio e armazenamento de placas e blocos (atividades com alto índice de acidentes) além de se proceder estudos sobre a qualificação dos blasters, visto que o manuseio de explosivos também tem causado vários acidentes fatais na atividade de exploração de mármore e granito.

c) Seminário Nacional de Segurança e Saúde na Mineração - O Diretor do DSST sugeriu e demandou a realização do Seminário sendo que o coordenador da CPNM informou que a regional da Fundacentro em Minas Gerais vinha trabalhando numa proposta semelhante. O grupo concordou com a proposta de realização do Seminário no mês de junho de 2002 e ao final da reunião apresentou o seguinte temário básico, que prevê também a participação de pequenas e médias empresas, instituições de ensino e de trabalhadores do setor mineral:

"Seminário Nacional sobre Gestão de Segurança e Saúde no Setor Mineral"
Local : Ouro Preto

Temas Centrais:

- Gerenciamento de Riscos
- Implantação de sistemas de gestão
- Experiências positivas de Gestão em SST na Mineração de grande, médio e pequeno porte
- Interface entre a NR-22 e as Normas Regulamentares da Mineração/DNPM
- Uma nova proposta do papel da Universidade na pesquisa e formação de recursos humanos na gestão de SST no setor Mineral
- Encontro Nacional das CIPAMIN

d) Levantamento de acidentes de trabalho no setor mineral - O Dr. Juarez informou que o DSST está finalizando a análise dos acidentes de trabalho de 2000 e que representantes das bancadas serão convidados para participar da análise final dos dados de acidentes no setor mineral. José Carlos da CNTSM lembrou sobre a necessidade de se procurar ter uma visão dos acidentes nas pequenas e médias empresas o que nem sempre é contemplado pela sistema da CAT e informou que Confederação já encaminhou projeto-piloto à Fundacentro para levantamento e análise de acidentes e doenças profissionais

na busca de desvendar a realidade do setor. O Dr. Juarez se comprometeu a verificar junto ao CTN/Fundacentro o andamento do projeto encaminhado, apoiando a sua execução.

e) Plano Nacional de Fiscalização do Setor Mineral: O Dr. Juarez solicitou que a CPNM sinalizasse os setores da mineração onde o DSST deve estar mais presente nas ações fiscais. Almir destacou que a constituição de comissão regionais da NR-22 e a criação de grupos especiais de fiscalização poderiam ampliar as fiscalizações e entendimento para cumprimento da NR-22. Sugeriu-se a realização de fiscalização regionais, sendo que o representante do DNPM sugeriu que o plano de fiscalização fosse elaborado a partir da consolidação dos dados estatísticos que poderiam sinalizar o melhor critério para a fiscalização. Marta de Freitas chamou a atenção para outros parâmetros além da CAT dado ao grau de subnotificação principalmente em pequenas empresas. Fernando Lignani enfatizou que a fiscalização regional tem a vantagem de criar padrões para a fiscalização e para as empresas, sendo a notificação coletiva uma estratégia para evitar discriminações. Roberto Lima enfatizou o papel do IBRAM e das Federações na divulgação da NR-22 e que a notificação coletiva cria um fato para que as empresas, principalmente as pequenas, procurassem as entidades de empregadores buscando subsídios para aplicação da norma.

f) Convenção 176 - o Diretor do DSST informou sobre a necessidade de se agilizar o processo de ratificação da Convenção 176, solicitando elementos aos membros da Comissão que produziu um documento para subsidiar o Departamento no processo de encaminhamento da ratificação ficando o Coordenador da CPNM encarregado de entregá-lo ao Diretor do DSST.

Não tendo mais nada a ser discutido ficou ratificado o calendário de reuniões da Comissão nos meses de março, junho e outubro, com a possibilidade de reuniões extraordinárias especialmente convocadas para a montagem do Seminário Nacional sobre Gestão de Riscos de Segurança e Saúde no setor mineral.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2001